

Conhecimento Tradicional Associado como instrumento de luta e resistência de comunidades quilombolas do Médio Vale do Ribeira diante de conflitos socioambientais¹

Bianca Cruz Magdalena (Universidade Federal do Paraná)

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo debater os conflitos socioambientais presentes em territórios quilombolas do Médio Vale do Ribeira, no Sul do Estado de São Paulo, através do histórico de luta e da gestão comunitária em associações de remanescentes de quilombos, sendo a identidade do grupo étnico o amálgama que mantém a floresta viva, no último contínuo florestal de Mata Atlântica, com o manejo da paisagem pelo Sistema Agrícola Tradicional Quilombola (SATQ).

Afim de compartilhar pesquisas etnográficas e vivências antropológicas dos últimos três anos, com metodologia participante e colaborativa em territórios quilombolas, serão descritas as experiências locais extrativistas voltadas à agrobiodiversidade e a sociobiodiversidade dessas comunidades, com ênfase nas iniciativas exitosas.

Destacam-se a Feira de Troca de Sementes e Mudas Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira; o Grupo de Trabalho da Roça (GT da Roça); a Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira (COOPERQUIVALE); a Rede de Sementes do Vale do Ribeira e a salvaguarda do sistema agrícola como patrimônio imaterial, em 2018, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Os exemplos são para compartilhar os agentes sociais que denunciam e confrontam as ameaças advindas do racismo ambiental, sendo o Conhecimento Tradicional Associado (CTA) destes quilombolas o elemento que conecta memória e

¹ VIII ENADIR - GT 02: Conflitos socioambientais, Direitos Humanos e antropologia do direito.

modo de vida em populações rurais, cuja resistência se deu por meio da ação de movimentos sociais e organizações não governamentais, além da sociedade civil.

2 O VALE DO RIBEIRA E A SOCIOBIODIVERSIDADE

O Vale do Ribeira está localizado na Bacia Hidrográfica do rio Ribeira de Iguape, que abrange o Sudeste do Estado de São Paulo e o Leste do Estado do Paraná, com uma gama de ecossistemas repletos de biodiversidade, além da sociodiversidade através dos povos indígenas da etnia Guarani Mbyá, Guarani Nhandeva e Tupi e comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas e caboclas, que mantêm práticas ligadas às águas e à floresta.

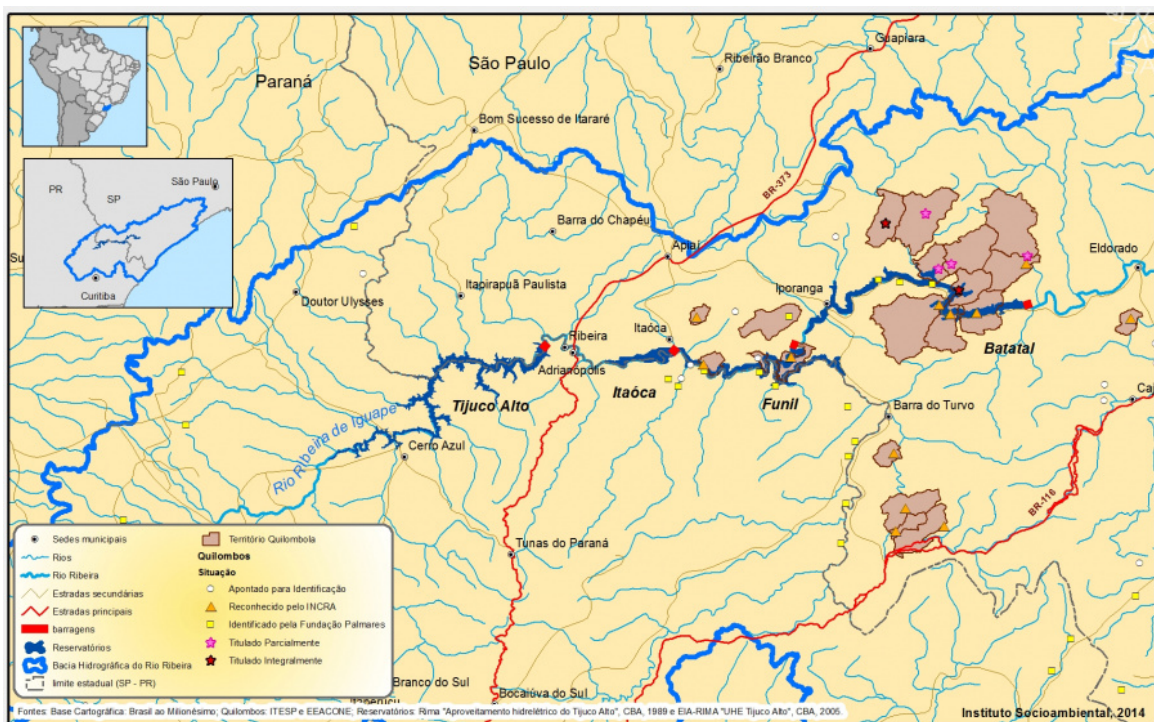


Figura 1
Fonte: Instituto Socioambiental

Em meio a Mata Atlântica, no último remanescente contínuo do bioma, com diversas Unidades de Conservação (UC) tanto de proteção integral quanto de uso sustentável, como Estação Ecológica, Área de Proteção Ambiental (APA), Parque Estadual (PE) e Reserva Extrativista (RESEX), a conservação permite que espécies da fauna e da flora ainda existam, em uma das regiões mais desmatadas, segundo dados do

Mapbiomas, tendo relação intrínseca com essas populações ocupando esses territórios, que apesar da relevância ambiental e cultural, pois é considerada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1999, patrimônio natural da humanidade, com uma rica sociobiodiversidade, apresenta o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de São Paulo.

Porém, com os recentes dados inéditos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o Censo 2022, 1.327.802 pessoas foram identificadas como quilombolas, sendo que nos municípios de Iporanga e Eldorado, onde as saídas de campo foram feitas, 35% e 17% dos municípes, respectivamente, são quilombolas.

Assim, podemos numerar essa população e sua rica ocupação em solos paulistas, que proporcionou ao longo de séculos, após a diáspora africana, conhecimentos e técnicas que preservaram a sabedoria nos quilombos e que, futuramente, podem amparar políticas públicas e garantir direitos legais, ainda descumpridos pelo Estado, como o disposto no Artigo 68 da Constituição Federal, de 1988, no *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*, que garantem a propriedade e a proteção dos territórios quilombolas.

3 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

As comunidades tradicionais quilombolas do Médio Vale do Ribeira foram afetadas por diversas ameaças e influências que colocaram em risco a prática dessas técnicas baseadas na sabedoria e na memória de seus mestres e mestras da oralidade.

Calcado no Colonialismo temos o racismo ambiental, as especulações imobiliárias em territórios de quilombos, com a presença de terceiros em áreas ocupadas, bem como empreendimentos que causariam desastres socioambientais, como hidrelétricas no rio Ribeira de Iguape ou Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), além da eminência da mineração e, na atualidade, a concessão do Parque Estadual do Alto Ribeira (PETAR), para a iniciativa privada.

Durante três décadas, diante da possibilidade da construção da Hidrelétrica de Tijuco Alto e das demais, Funil, Itaóca e Batatal, pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), essas comunidades através da organização associativista se reuniram e se mobilizaram no Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB), fundado em abril de 1991, além de terem o apoio da Equipe de Articulação e Assessoria às

Comunidades Negras (EAACONE), formalizada em setembro de 2004, com sede em Eldorado, que criou, recentemente, um Protocolo de Consulta Prévia dos Territórios Quilombolas.

Somado a essas interferências, extensivas monoculturas na região, especialmente de banana (*Musa* sp.), com aplicação de agrotóxicos, além da proibição de atividades tradicionais, como as roças de coivara, que só podem ser feitas com concessões e autorizações da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), do Estado de São Paulo, ou até mesmo àquelas práticas que não são permitidas, como a caça, são revezes que inviabilizam a permanência ou a permanência no modo como essas comunidades vivem.

Assim, associações quilombolas, de vários territórios, nasceram inicialmente para pressionar o reconhecimento e a titulação coletiva de suas terras, especialmente pela ausência de políticas públicas, constituindo parte do histórico de luta e resistência à beira da Ribeira pelos atores sociais, que através da agricultura familiar provém a subsistência, sendo o SATQ o elo de sua cultura, tal qual foi observado por Bronislaw Malinowski nas ilhas Trobriand, no *Kula*, o sistema de trocas marítimas intertribal trobriandês.

4 PARA ALÉM DA ESCRAVIZAÇÃO NAS BEIRAS DA RIBEIRA

A pesquisa etnográfica em andamento no mestrado, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, da Universidade Federal do Paraná (PPGAA/UFPR), com o Projeto Sementes Culturais, cuja metodologia está baseada na observação participante e na pesquisa-ação, relatos dos trabalhadores rurais quilombolas foram reunidos para pensarmos a manutenção da paisagem através da identidade étnica e da resistência diante das ameaças socioambientais e dos desafios que essas populações passam por conta do racismo ambiental.

Para esta análise dos processos identitários os estudos foram alicerçados em epistemologias não ocidentais, através do pensamento decolonial de Frantz Fanon (Fanon, 2008) e de Patricia Hill Collins (Collins, 2016), bem como o conceito weberiano de processos sociais e barthiano referente aos grupos étnicos.

Através dos processos sociais, marcas se fundem à realidade sócio-histórica, tendo os grupos hegemônicos exercido um papel de dominação na luta de classes que corta a História, somados aos recortes de raça, classe e gênero.

Pela oralidade, saberes são transmitidos pelos ancestrais, de geração em geração e espaços insurgentes são criados, como os quilombos no Brasil, cujo movimento diaspórico cruzou o Atlântico em navios negreiros repletos de cultura, conhecimentos tradicionais e a memória de um tempo finado.

Nas palavras de Gustavo Amaro dos Santos, "(...) eu nasci ali embaixo, no braço de minha avó (...)" e "(...) o lugar que a gente se cria, tem amor naquele lugar (...)" confirmam a ligação desses corpos ao seu lugar de morada e de fala, enquanto descendentes de escravizados que encontraram em seus espaços de refúgio e de ocupação sua casa, livre e liberta das agruras e opressões do período escravagista brasileiro, marcado pelo sangue dos negros e das negras e pela luta por liberdade e equidade.

Apesar da marginalidade, Gustavo conta que nunca passou miséria no “sertão”. Lá tinha de tudo, galinha, porco, arroz, feijão, farinha. Só compravam açúcar e sal. Criou suas crianças e fez sua família na Pedra Branca, no quilombo André Lopes, em Eldorado. Subia e descia a serra, chegando até cansado, mas tudo era encontrado no mato. Já a fala do quilombola João da Mota, agricultor e coletor de sementes do quilombo Nhunguara, na Rede de Sementes do Vale do Ribeira, confirma a presença do racismo nessas comunidades tradicionais: “Há vinte ano atrás eu tinha até vergonha de chegar na cidade e falar que era do, que vinha de uma floresta, a gente se sente mal visto, e hoje me orgulho de falar que tô dentro de uma floresta”.

Como salientou Collins (2016, p. 103), a “(...) “sabedoria tradicional” é um sistema de pensamento e que reflete as posições materiais de seus praticantes.”, na nota de rodapé 8. Assim, as fontes de conhecimento passam a ser as próprias biografias, tanto de pessoas quanto dos territórios quilombolas, como defendeu Collins (2016), onde os sujeitos aprendem a confiar em si mesmos a partir de construções positivas do seu próprio grupo étnico.

Nesta medida, o SATQ, com a prática de técnicas baseadas na sabedoria e na memória dos agricultores e agricultoras, permite que o CTA colabore para a manutenção da sociobiodiversidade.

Por isso, realizar ações de salvaguarda preservando o conhecimento oral através do seu registro permite a difusão de usos e costumes integrantes do patrimônio cultural

do país, inclusive bem próximo à capital paulista, pela Rodovia Régis Bittencourt - BR 116, mas ainda invisível e marginalizado.

Este sistema agrícola tradicional garantiu segurança e soberania alimentar, bem como a segurança do patrimônio genético das sementes crioulas, abarcando 19 comunidades, cuja ocupação no território costurou saberes que organizaram a vida social, a divisão do trabalho referenciada na coletividade e o trabalho na terra.

Através da agricultura de subsistência e das roças de coivara dezenas de espécies agrícolas são cultivadas, como arroz, banana, batata, feijão, mandioca e milho, proporcionando a comercialização de excedentes. Estes alimentos são destinados, também, para programas do governo federal, como o Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade de Doação Simultânea (PAA-DS) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), posto em risco pelo Projeto de Lei 5.695/2019, que segue em tramitação pelo senado aguardando designação do relator, de perder a cota obrigatória de no mínimo 30% de gêneros alimentícios da agricultura familiar, presente no artigo 14 da Lei 11.947/2009.

As vozes da mata, dos povos que nela habitam e compactuam com seus ciclos, com as fases da Lua, o momento adequado do plantio e da colheita, as histórias, os mitos e as memórias esquecidas nos vales da Ribeira, rio que corre e que banha o imaginário social construído ao longo de centenas de gerações, cujas lembranças alicerçaram a resiliência de manter viva sua história, apesar das atrocidades da colonização.

Historicamente, a agricultura foi manejada por mulheres, da terra para a cozinha e vice-versa, assim o papel da semente é de ser uma catalisadora, sendo os quilombolas responsáveis por promoverem transformações, tornando possível a emancipação econômica de suas famílias, especialmente das mulheres, culminando na conservação socioambiental.

Desde 2008, acontece na Praça Nossa Senhora da Guia, em Eldorado, a Feira de Troca de Sementes e Mudas Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, estando na 14ª. edição em 2023, nas datas de 11 e 12 de agosto, mobilizando agricultores e agricultoras quilombolas, da juventude às lideranças, em um encontro de fortalecimento da agrobiodiversidade cultivada nas roças tradicionais, para a manutenção e perpetuação de variedades crioulas, contribuindo na segurança e soberania alimentar, além da comercialização dos produtos excedentes.

Organizada pelo GT da Roça, composto por 19 associações de remanescentes de quilombos, além de parceiros, como o Instituto Socioambiental (ISA) e o Slow Food, além de apoiadores, pesquisadores e pesquisadoras, é uma das atividades de salvaguarda do SATQ.

Neste ano, no seminário que ocorre anualmente na feira, o debate será sobre *Culturas perenes e a sustentabilidade dos manejos nos territórios quilombolas*, com a mesa redonda *Aquilombando os manejos*, além das oficinas temáticas sobre: *Fiscalização Ambiental e Direitos Quilombolas: Como podemos nos defender?*; *Muvuca e os desafios da restauração florestal*; *Comida da Roça Quilombola: Introdução na alimentação escolar dos municípios*. O ápice do encontro, no sábado, são as trocas de sementes e mudas, a venda dos produtos agrícolas e artesanatos, as apresentações culturais e o almoço tradicional quilombola, feito pelas exímias cozinheiras dos quilombos, com uma gama de insumos orgânicos cultivados nas roças.

Responsável pelo escoamento dessa produção temos a COOPERQUIVALE, com mais de 260 cooperados e cooperadas, de 16 comunidades quilombolas, sendo responsável pela doação de cestas na pandemia do Covid-19, pelos planos emergenciais do ISA, com 249 toneladas de alimentos livres de agrotóxicos distribuídos até 2021 para 31 mil pessoas em situação de vulnerabilidade social, do Vale do Ribeira e, também, para a periferia da cidade de São Paulo, através da articulação de organizações não governamentais.

Atualmente, acontece a articulação Quilombo - Quebrada, através da parceria do ISA com as Mulheres de Orí, que articulam feiras em São Paulo para comercialização dos produtos da COOPERQUIVALE, além de discussões sobre o SATQ, com a participação dos agricultores e agricultoras.

Por fim, a Rede de Sementes do Vale do Ribeira, que desde 2017 maneja e comercializa sementes florestais da Mata Atlântica, com cinco comunidades envolvidas, sendo elas: André Lopes, Bombas, Maria Rosa, Nhunguara e, integrando desde 2022, São Pedro.

Realizam a coleta e o beneficiamento de sementes para restauração ecológica e recuperação de áreas degradadas, através de semeadura direta com muvuca de sementes, onde diversas espécies vegetais tanto de adubação verde do solo, quanto arbustivas e arbóreas são misturadas, além de destinadas a produção de mudas para viveiros.

Composta por 60 integrantes, dentre eles agricultores e agricultoras, homens e mulheres, idosos, adultos e jovens, através do apoio e suporte técnico do ISA, além de

outras organizações não governamentais que realizam o plantio e o monitoramento das áreas restauradas, como o Caminhos da Semente, integrantes do Redário, iniciativa com 22 redes de sementes vinculadas, de diferentes biomas e regiões do Brasil.

As sementes florestais possuem um potencial socioeconômico que se vincula a história desses quilombos, suas práticas e seus saberes, não sendo apenas coletadas ao acaso, pela rentabilidade, mas, também, por fazerem parte da identidade desses territórios e, como disse um dos quilombolas, Assis Pereira de França, do quilombo André Lopes, são “sementes culturais”.

Para registrar o vasto conhecimento tradicional quilombola sobre os usos associados das plantas, entre os anos de 2020 a 2022, organizei a publicação *Do Quilombo à Floresta: Guia de plantas da Mata Atlântica no Vale do Ribeira*.

Publicada pelo ISA para a Rede de Sementes do Vale do Ribeira, com 52 espécies vegetais catalogadas e descritas morfológicamente, como material de apoio, didático e pedagógico, para os coletores e as coletoras, com lançamentos em abril de 2023, na Loja Floresta no Centro, em São Paulo e no SESC Registro, em Registro, reunindo centenas de pessoas interessadas em restauração ecológica.

O livro foi noticiado em diversos veículos midiáticos, virtuais, impressos e televisivos, como a Folha de São Paulo, em Folha Ilustrada, o Eco Ambiental, o Repórter Eco, da TV Cultura, o Jornal TV Tribuna 2a. Edição, filiada a Globoplay e o Programa Observatório da Justiça e Conservação, online, demonstrando que a pauta socioambiental está em destaque na Década da Restauração de Ecossistemas, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Para celebrar os êxitos alcançados e o crescimento desta rede de sementes, ela se tornou, também, uma cooperativa, em julho de 2023, a Cooperativa da Rede de Sementes do Vale do Ribeira, que em 2022 comercializou mais de duas toneladas de sementes florestais, gerando renda e trabalho nos quilombos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensificação de conflitos socioambientais e a violação de direitos humanos produz consequências que recaem, via de regra, sobre grupos sociais mais vulneráveis.

Esses sujeitos acabam se organizando coletivamente através de variadas formas de associativismo, como associações, movimentos e redes, passando a denunciar o cenário de injustiças ambientais impostas e a confrontar o discurso hegemônico.

Destacar trabalhos sobre conflitos agrários, desastres corporativos ambientais, luta e resistência de grupos minoritários e a atuação de movimentos sociais permite dar visibilidade a estas pautas essenciais em tempos de emergência climática.

Os direitos constitucionais garantem a titulação e a proteção dos territórios quilombolas, porém, inúmeras situações põem em risco a manutenção da paisagem, apesar de prerrogativas como as do tratado internacional adotado em 1991, na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre povos indígenas e tribais, que funciona como um instrumento com foco nos aspectos socioeconômicos e culturais referentes as condições dos povos e comunidades estabelecendo direitos de preservação de suas identidades étnicas, reconhecendo a autodeterminação, sendo ratificada no Brasil em 2002, promulgada pelos decretos 5.051/2002 e 10.088/2019, bem como a Resolução nº 189, da Secretaria de Meio Ambiente (SIMA), do Estado de São Paulo, de 2018, que assegura a exploração de espécies nativas.

A maioria dos quilombos no Vale do Ribeira não possui os títulos de suas terras, cuja emissão é feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), somado ao fato de que alguns nem foram reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares. Isso culmina em ameaças na defesa desses territórios, onde as comunidades, sem garantias, permanecem vulneráveis na manutenção de sua cultura material e imaterial.

Tais aspectos descritos são baseados no colonialismo e na opressão do branco sobre o negro, cujo racismo estrutural permanece presente em nossa sociedade escondido no mito da democracia racial. Este tipo de racismo associa-se a um panorama com políticas ambientais restritivas, que não levam em conta o conhecimento tradicional dos agricultores e agricultoras quilombolas, desvalorizando as tecnologias elaboradas para o manejo do espaço.

A opressão acontece, ainda, pela desumanização desses grupos étnicos criminalizando modos de viver que são limitados ou proibidos pelas restrições legais, impondo de forma unilateral modelos de conservação que desrespeitam ao Direito de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado.

Nesta medida, a descolonização pode ser vista como prática de resistência nos quilombos do Vale do Ribeira mediante a organização social comunitária, as relações de parentesco e compadrio. As associações quilombolas, as cooperativas produtivas e os movimentos sociais, cujas iniciativas personificadas em organizações não governamentais cumprem o papel muitas vezes do Estado de realizar ações, propor atividades e proporcionar de forma política os direitos dessa população, também são exemplos que se somam.

Há a necessidade de recolocar sonhos no seu tempo e no seu lugar, tal como fizeram os quilombolas do Médio Vale do Ribeira em diversas iniciativas para a permanência em seus territórios, como a Feira de Troca de Sementes e Mudanças Tradicionais das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, através do GT da Roça, a COOPERQUIVALE e a Rede de Sementes do Vale do Ribeira.

Desta forma, o conhecimento passa por tecnologias próprias construídas comunitariamente ao longo do tempo, responsáveis pela conservação do território, tendo o modo de vida desses quilombolas brutalmente confrontado pelo entorno.

O descaso do Estado e a falta de políticas públicas específicas, especialmente às ambientais, ainda é um engodo. O acesso à terra e seu manejo de maneira menos burocrática deveriam ser garantias, já que essas populações possuem uma identidade que as definem.

A marginalização de grupos étnicos é uma constante no Brasil, mesmo após o período escravagista, com todas as consequências raciais estruturais, mesmo assim, ecoam as palavras de resistência que forjam a existência do quilombola, que diz: “Além de manter nossa cultura, nossa tradição, a mata tá de pé”.

REFERÊNCIAS

- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: **O guru, o iniciador**. Rio de Janeiro: Contracapa, pp. 25-67.
- COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within**. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da. Parecer da Relatora do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - IPHAN. **Solicitação de Registro do Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira**. Processo 01450.004794/2014-59, de 10 de setembro de 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1944>. Acesso em 23/08/2002.
- FANON, Frantz. Sobre o pretense complexo de dependência do colonizado. In: **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 83-102.
- Instituto Socioambiental. **Dossiê Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira - SP**. Outubro de 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1944>. Acesso em 23/08/2002.
- MAGDALENA, Bianca Cruz Magdalena e HAYAMA, Andrew Toshio. Guardiões da floresta: Manejo sustentável do território quilombola do Médio Vale do Ribeira pela Rede de Sementes do Vale do Ribeira como resistência aos atos de Estado e suas restrições ambientais. IN: **REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 33, 2022, Curitiba. Apresentação oral no GT 25 - Atos de Estado, conflitos e resistências quilombolas em tempos extremos, Sessão 2 - Relações sócio-ambientais e enfrentamento de conflitos pelos quilombos**.
- MAGDALENA, Bianca Cruz. **Dentro de uma floresta: Saberes tradicionais quilombolas do Médio Vale do Ribeira no cuidado do território diante dos conflitos socioambientais**. Jornadas de Antropologia Jhon Monteiro, UNICAMP, 2022.
- NASCIMENTO, Juliano Silva do. Floresta de gente. In: **Do Quilombo à Floresta: Guia de plantas da Mata Atlântica no Vale do Ribeira**. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental, 2022, p. 45-50.
- WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: **Economia e Sociedade, Vol 1**. Brasília: Ed. UnB, pp. 267-277.